

Violência em Salvador e as Formas de Enfrentamento

Heloníza O. G. Costa¹

Tânia R. F. Cordeiro²

Maria Eunice Xavier Kalil³

Ana Elizabeth Brandão⁴

1. Introdução

A violência constitui hoje um tema cuja presença não pode ser ignorada. Longe de ser uma instigante preocupação teórica é, provavelmente, uma das questões que mais nos causa pânico e aflição [...] Com sua carga de dor, sofrimento e morte, a violência conseguiu fazer parte de nossas preocupações cotidianas e avança sobre os territórios físicos, mentais e sociais, [...] em várias cartografias possíveis (NUNES, 1999, p. 24).

A situação referida acima decorre da exacerbação da violência, a partir da década de 1980, revelada tanto pela elevação da mortalidade por causas externas, nos grandes centros urbanos, como pelas mudanças na configuração da violência, o que colocou o fenômeno na pauta dos problemas nacionais⁵.

No Brasil, as violências – predominantemente os homicídios e os acidentes de trânsito – que no início da década de 1980 ocupavam o quarto lugar no perfil das principais causas de óbito, a partir de 1989 passam ao segundo lugar, perdendo apenas para as doenças do aparelho circulatório. Em algumas capitais brasileiras, as violências chegam a ocupar o primeiro lugar

¹ Professora Adjunta da Escola de Enfermagem da UFBA e Doutora em Administração. Rua Apoena, 274. Condomínio Aldeia Jaguaribe. Piatã. Salvador/BA. Tels.(71)3367-5163/(71)9145-7664. E-mail: helo.gon@terra.com.br

² Professora do Curso de Comunicação Social da UNEB. Mestre em Comunicação. Tel:33589125. E-mail: cordeiro@lognet.com.br

³ Médica Sanitarista da Secretaria Estadual de Saúde (SESAB).Mestre em Saúde Comunitária. Rua Aracaju, 108/301 - Barra Avenida - Salvador/BA. Tels(71) 3237-6739/(71)8178-7345. E-mail: mabice@uol.com.br

⁴ Professora Adjunta da Escola de Dança da UFBA e Licenciada em Dança. Rua Marquês de Leão, 46/83 Barra. Tels: (71)3264-7130/(71)8868-7130.E-mail: bethrangel@atarde.com.br

⁵ A violência aqui considerada é qualquer ação realizada por indivíduo ou grupo, dirigida a outro que resulte em óbito, danos físicos, psicológicos e/ou sociais (AGUDELO, 1990). Na Classificação Internacional das Doenças (CID), esse conjunto de eventos e danos pertence ao grupo de “causas externas”: homicídios, acidentes de trânsito, outros acidentes (afogamentos, envenenamentos, quedas, desabamentos, queimaduras), e suicídios (OMS, 1994).

como causa de morte, afetando principalmente os adolescentes e adultos jovens⁶. Esta repercussão da violência no perfil sanitário da população levou à sua inclusão no campo da Saúde Pública (SOUZA; MINAYO, 1995; SOUZA e outros, 2003).

Além disso, os dados sobre a situação da violência evidenciam que as condições de vida tornam alguns grupos populacionais mais vulneráveis que outros. Estes grupos além de não terem acesso aos direitos básicos são vítimas da violência institucional inscrita nas práticas, nos regulamentos, na linguagem, nos currículos das escolas, entre vários outros aspectos. Registram-se, de modo freqüente, ocorrências de desvios das instituições formalmente criadas para cumprir funções de proteção social, contribuindo para o sentimento de desamparo dos cidadãos que mais necessitam dos mecanismos de proteção do estado. Neste sentido, pode-se dizer que o setor público falha duplamente: primeiramente, não assegura a esses indivíduos condições favoráveis a uma vida em segurança, no sentido amplo; em segundo lugar, falha, muitas vezes, no momento de prestar assistência de caráter reparador.

Vale salientar que a atuação frágil do estado se torna mais comprometidora no contexto atual, pois a dinâmica da violência urbana nas duas últimas décadas passou a estar fortemente vinculada aos efeitos diretos (guerra entre quadrilhas e entre estas e a polícia, as balas perdidas) e indiretos do tráfico de drogas (maior circulação de armas de fogo, delitos praticados por dependentes de substâncias psicoativas). A vinculação da violência ao tráfico é mais intensamente revelada nos espaços pobres (favelas, loteamentos periféricos, conjuntos habitacionais) utilizados como base de apoio logístico para o comércio dessas substâncias. Gerenciado por quadrilhas cada vez mais bem estruturadas e equipadas com armamento pesado e sofisticado, o tráfico transformou essas áreas em cenários de guerra pela disputa de pontos de venda e pela relação dos traficantes com os moradores, submetendo-os, pela difusão do terror, à lógica e dinâmica do negócio ilegal (SOARES, 2000).

Assim, a violência, sob diversas formas, distribuídas desigualmente nos espaços urbanos e populacionais, insere-se como parte do cotidiano das cidades. Tal inserção, contudo, simultânea e contraditoriamente, traz a possibilidade de colocar o problema na pauta das questões a serem enfrentadas pelo governo e pela sociedade, dada a sua magnitude e gravidade, ao mesmo tempo em que produz uma tendência à “naturalização” da situação, o que provoca a inércia e a indiferença, tanto dos governos como da sociedade, dificultando a adoção de medidas e ações para o seu enfrentamento. Ao lado disto cresce a disposição de encarar o problema como questão de ordem pessoal e privada a ser enfrentada através do consumo de bens e serviços de proteção particular. Esta tendência se verifica em todos os espaços sociais com a adoção do consumo de itens que prometem a segurança para indivíduos e pequenos grupos que passam a adquirir os bens e serviços em consonância com as disponibilidades financeiras de cada um.

Além disso, problemas complexos relacionados com a violência vêm exigindo novos formatos de intervenção, onde a articulação de diversos setores, agências e atores governamentais, não-governamentais e das organizações comunitárias assume papel preponderante. Isto porque a articulação pode potencializar recursos para a adoção de Políticas Públicas e implementação de ações capazes de atuar na promoção e proteção da vida, direcionadas para a diminuição da exclusão social geradora das violências e ameaçadora da segurança humana.

⁶Para uma descrição mais detalhada da situação da violência pode ver Laurenti e outros (1972), Mello Jorge (1979, 1981, 1982), World Bank (1989), CBIA/UNICEF (1991), Souza; Minayo (1995), Soares (2000), Souza (2000), Macedo e outros (2001), Zaluar (2002, 2004), Minayo (2003), Souza e outros (2003).

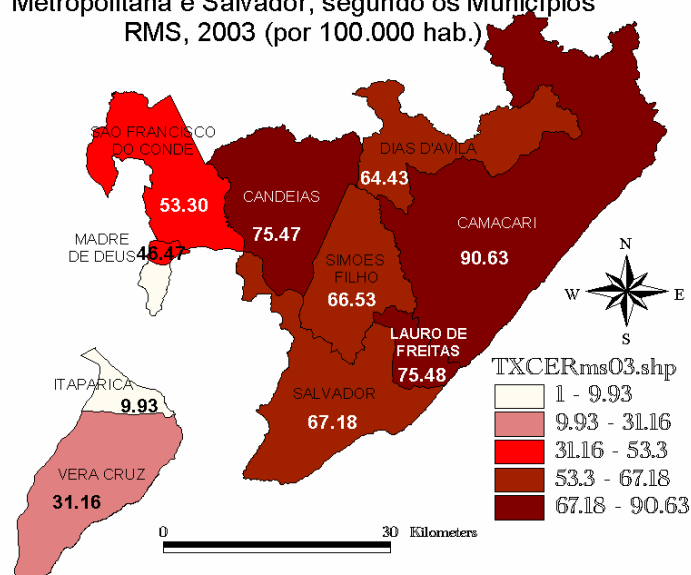
Desse modo, a complexidade da violência não está apenas na sua gênese e nas suas diversas formas de expressão, mas, também, nas formas como o governo e sociedade assumem o problema e o enfrentam.

Diante desse quadro, algumas questões são colocadas: 1) como articular Estado e Sociedade para combater um problema que reflete a própria estrutura e modelo desse Estado e dessa Sociedade? Ou, colocando de outro modo, como encontrar caminhos para combater um problema que exige atuação em vários planos e articulação de todos os setores do Estado e da Sociedade, dado que a violência é a expressão mais exacerbada das desigualdades e exclusão sociais perpetradas pelo próprio Estado e pela Sociedade; 2) como superar a estrutura já consolidada de intervenção do Estado, caracterizada por intervenções setoriais, fragmentadas, pontuais e descontínuas, para assegurar a implementação de políticas públicas que afetem as causas da violência?

2. Situação da Violência em Salvador

Na Região Metropolitana de Salvador, também, observou-se um crescimento das taxas de mortes por causas externas – ou violências – a partir da década de 1990, sobretudo dos homicídios, que passaram de 14,9 óbitos por 100 mil habitantes, em 1989, para 25,8 por cem mil habitantes, em 1990 (CBIA; UNICEF, 1991). Em 1998, em Salvador, a taxa de mortalidade por homicídio chegou a 39,4 óbitos por 100 mil habitantes (SANTANA; KALIL; OLIVEIRA, 2002).

Figura 1 - Distribuição das Taxas de Mortalidade por Causas Externas de residentes na Região Metropolitana e Salvador, segundo os Municípios RMS, 2003 (por 100.000 hab.)

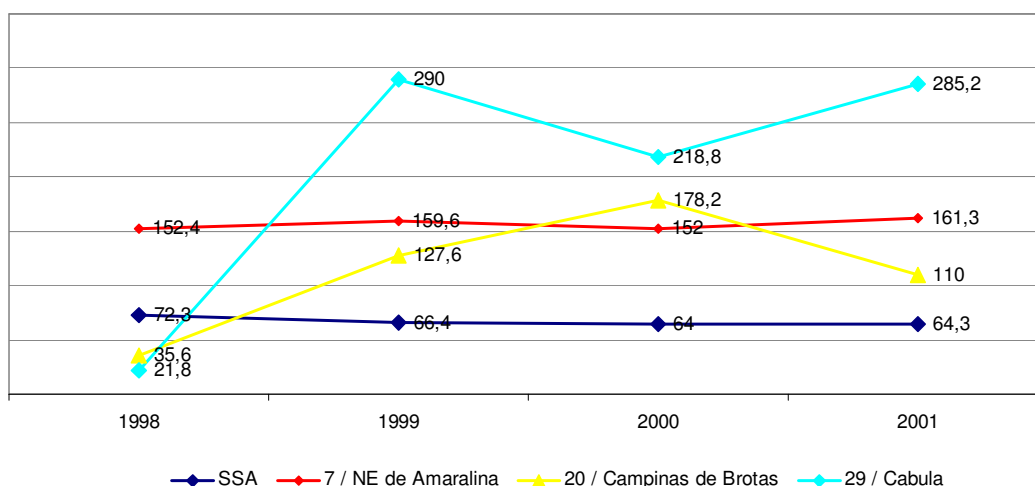


Fonte: IMLNR / FCCV/Observatório da Violência. Apresentação O Rastro das Mortes Violentas em Salvador, 2002 e 2003.

Em Salvador, à semelhança dos demais centros urbanos do País, as violências, ou as causas externas⁷ têm sido a segunda causa de morte da população em geral (situação que se vem mantendo nos últimos 10 anos, a exceção do ano de 2004, quando se constituíram na terceira causa de morte) e a primeira quando se considera o gênero masculino na faixa dos 15 aos 39 anos. Na verdade, têm sido a primeira causa de morte para a população a partir dos cinco anos de idade. Nesta cidade, tem-se uma média de cinco mortes violentas por dia (SANTANA; KALIL; OLIVEIRA, 2002). O número médio, no entanto, não corresponde a uma distribuição igualitária na população ou no espaço físico da cidade: a maior parte das pessoas mortas é composta por homens jovens, negros, de baixa escolaridade, com profissão pouco qualificada, moradores de bairros onde se registram condições sócio econômicas mais precárias.

Os dados do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, analisados pelo Observatório da Violência reforçam esta afirmação quando mostram que, entre 1997 e 2003, a taxa média de mortalidade foi de 69,4/100.000 hab. Mas algumas dessas áreas chegam a ter coeficientes de mortalidade por causas externas de 285,2/100.000 habitantes. Pode-se dizer, pois, que os mortos da violência foram crianças, adolescentes e adultos que não tiveram garantido o direito à educação, à moradia adequada, à saúde, ao lazer, dentre outros direitos que tornam a vida digna e segura.

Gráfico 1 - Taxas de mortalidade por causas externas para Salvador e 3 de suas Zonas de Informação, 1998 a 2001



Fonte: IMLNR / FCCV / Observatório da Violência

Assim, estes dados demonstram que os grupos sociais de menor renda constituem-se nas maiores vítimas de mortes violentas. Reforça-se, portanto, a compreensão de que em uma sociedade marcadamente desigual, inclusive no que se refere ao cumprimento dos direitos sociais, a mortalidade e a morbidade também se distribuem de modo desigual, tornando algumas camadas da população mais vulneráveis do que outras. O que revela a determinação social, política e econômica das diversas manifestações do fenômeno.

⁷ O Ministério da Saúde tem uma política para acidentes e violências. A Organização Mundial de Saúde publicou, em 2002, o primeiro informe mundial sobre violência, incluindo homicídios, acidentes e suicídios, além de toda uma gama de outras situações que não produzem morte direta ou imediatamente.

3. Caminhos para enfrentamento da violência em Salvador

Na verdade, o combate à violência tem sido uma preocupação relativamente recente da sociedade brasileira e dos seus governos, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Do lado do governo, essa preocupação está expressa em políticas, planos e arranjos organizacionais que tomaram corpo a partir da década de 1990 e vêm apontando para formas de intervenção que buscam articular diversos setores governamentais e/ou a articulação entre governo e sociedade, a exemplo do Plano Nacional de Segurança Pública de 2000 do Governo Federal; da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências do Ministério da Saúde, de 2001; do Plano de Ação para a Redução da Morbimortalidade por Causas Externas na Bahia, da Secretaria Estadual de Saúde da Bahia (SESAB), 1998. No entanto, são documentos que indicam o que fazer, mas não explicitam os mecanismos do como fazer. Constituem-se, portanto, muito mais em cartas de intenções do que um instrumento operacional para a ação. Em Salvador, duas iniciativas se destacaram por sua abrangência territorial e duração neste período: a iniciativa da Prefeitura Municipal de Salvador, consubstanciada no Plano Intersetorial Modular de Ação para a Promoção da Paz e da Qualidade de Vida na cidade de Salvador (PIMA), de 2000 e, entre as iniciativas da sociedade, o Fórum Comunitário de Combate à Violência, constituído em 1996. Estas duas iniciativas foram objeto de estudo de Costa (2005), cujos resultados estão sumarizados nos sub-itens seguintes:

3.1 O Plano Intersetorial Modular de Ação para a Promoção da Paz e da Qualidade de Vida na Cidade do Salvador (PIMA)

O Plano Intersetorial Modular de Ação para a Promoção da Paz e da Qualidade de Vida na Cidade do Salvador, iniciativa da Prefeitura de Salvador, elaborado pelo Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), aprovado em 2000, teve como propósito orientar a execução de ações intersetoriais destinadas a enfrentar o problema da violência no município de Salvador, sob a perspectiva da promoção da paz, e elevar a qualidade de vida da população. O Plano foi composto de onze módulos contemplando diferentes intervenções caracterizadas como: “intervenções mestras” – voltadas diretamente para a paz e qualidade de vida e para o desenvolvimento de espaços de convivência saudável (arte, esporte, lazer, bolsa de estudos etc.); “intervenções horizontais” – ação intersetorial dos distintos órgãos municipais capazes de atuar na redução de acidentes e violências e as “intervenções verticais” – articulação da Prefeitura com os níveis estadual e federal de governo (NORONHA e outros, 2000, p. 7).

Os achados empíricos do estudo de Costa (2005) revelaram que a trajetória do PIMA foi marcada pela dificuldade de articular as diversas secretarias e órgãos municipais para uma atuação conjunta. O modelo organizacional assumido, e mesmo modificado durante o processo de implementação de ações, não conseguiu provocar a articulação intersetorial pretendida para a realização das ações de combate à violência. Ao contrário, a dinâmica estabelecida no processo de implementação das ações gerou um contexto interno, onde a não explicitação e tratamento dos conflitos, aliado aos inúmeros problemas políticos e financeiros, resultou em descompromisso com a ação, deserção e boicotes de muitos atores envolvidos.

Um outro problema identificado no processo de operacionalização do Pima foi referente à não captação de recursos externos que impediu a realização das ações previstas.

Assim a operacionalização do Plano ficou reduzida à realização de eventos pontuais; seminários de sensibilização dos dirigentes municipais; realização dos cursos de capacitação, voltados para as pessoas das comunidades: Mediador da Paz (que resultou na organização de sistema de segurança comunitária, com os mediadores sendo pagos com recursos doados pelos próprios moradores da comunidade); Agente Ambiental (reciclagem de lixo) e Agente de Limpeza. Aconteceram também as ações consideradas de comunicação, a exemplo da Feira “Tecendo a Rede da Paz”.

Não obstante a inexistência de resultados consistentes, a experiência do PIMA deve ser registrada como a primeira vez que a municipalidade incluiu no âmbito de suas preocupações a violência como questão a ser encarada pelo executivo municipal, admitindo-se, desse modo, que também este poder tem determinadas responsabilidades no que se refere ao assunto.

3.2 O Fórum Comunitário de Combate à Violência

A iniciativa da sociedade, materializada no Fórum Comunitário de Combate à Violência de Salvador, criado em 1996, também desenhava uma proposta de intervenção de caráter multisetorial e multiorganizacional. O desenho conta com a participação de organizações governamentais, não governamentais, comunitárias, religiosas, empresariais, organismos internacionais, organizações corporativas e instâncias de controle social. A intenção foi possibilitar a experiência de um novo modo de intervenção sobre a violência fora dos espaços hierárquicos administrativos na cidade de Salvador, com vistas à constituição de um ator político para demandar políticas públicas de combate à violência, entendida como problema prioritário de saúde, de expressão e determinação multifacetária e complexa (UFBA, 1996). O arranjo organizacional previsto contava com a cooperação voluntária de distintos e diversos atores para a realização de ações conjuntas.

O foco privilegiado do seu trabalho tem sido a proposição de políticas direcionadas à promoção da paz, à prevenção da violência e à atenção às pessoas em situação de violência. Nos seus 10 anos de atuação, o Fórum organizou o “Observatório da Violência”, que vem monitorando e divulgando a situação de violência no município; estimulou e continua estimulando à organização em rede dos serviços de saúde, policiais, jurídicos e sociais para atender às pessoas em situação de violência. Também vem desenvolvendo projetos voltados para educação e ação para a cidadania, que já envolveram mais de 2000 jovens das áreas que apresentam os mais elevados coeficientes de mortalidade por causas externas. Além disso, o trabalho junto à mídia e as ações de comunicação permitiram tematizar a violência como problema de saúde e projetar socialmente o nome do Fórum. Hoje, ele é reconhecido pela sociedade e autoridades locais como interlocutor para assuntos de violência e proponente de políticas públicas para o combate à violência.

4. Urgência: Das ações pontuais à implementação de Políticas Públicas

A análise das duas experiências e o acompanhamento de outras iniciativas desenvolvidas por diversos atores sociais na cidade têm contribuído para indicar que a trilha para o combate à violência requer não apenas a participação da Sociedade e do Estado, mas o desenvolvimento conseqüente, continuado e articulado de políticas públicas, entendidas como ações de governo que produzem resultados e mudanças na vida dos cidadãos (SOUZA, 2003). Nesse percurso, destacamos algumas urgências:

4.1 Organização e Difusão da Informação sobre Violência

Um pressuposto para uma intervenção responsável e eficaz sobre determinado problema é dispor de conhecimento criterioso e detalhado da situação. As informações referentes à violência, porém, encontram-se fragmentadas, são precárias em termos qualitativos e quantitativos, são produzidas com distintos critérios e geralmente, em sua apresentação encontram-se agregadas para grandes unidades espaciais como Estados e cidades. Essa conformação impede que se tenha uma compreensão mais clara do problema e que se use a informação para orientar intervenções mais adequadas para um fenômeno que se distribui, nas suas diversas expressões, de forma muito desigual no interior do espaço social. Isto quer dizer que os dados apresentados negligenciam a distribuição desigual das manifestações violentas no espaço, gerando a impressão de que estas manifestações estão igualmente distribuídas.

Os levantamentos do Fórum Comunitário de Combate à Violência evidenciam, claramente, como já mencionado, o registro de proporções muito diferentes de violência a depender da origem social e econômica das vítimas. Tem-se, portanto, a necessidade de dispor de informação mais sistemática e trabalhada sobre a ocorrência de manifestações da violência, em sua distribuição na população e no espaço da cidade. Informação que seja acessível não apenas para quem a produz (serviços, gestores, pesquisadores), mas também para a população. Especialmente considerando o processo de incremento da democracia participativa, em curso no País a partir da Constituição de 1988, e do interesse em aprimorar o controle social sobre as ações do Estado.

Essa foi a motivação e justificativa do Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV) quando definiu como uma das linhas prioritárias de ação, desde 1998, a sistematização, análise e difusão da informação sobre mortes violentas na cidade do Salvador, produzindo, até o momento, duas publicações intituladas “*O Rastro da Violência: mortes violentas de residentes em Salvador*”, cobrindo o período de 1997 a 2001⁸. Realizou-se ainda o estudo da morte por causas violentas dos residentes de Salvador nos anos 2002 a 2004, cujas informações estão nas páginas do FCCV na Internet⁹ e têm sido difundidas sob demanda de organismos de governo e da sociedade.

Como a expressão da violência não se traduz em mortes, apenas, além do Núcleo de Mortalidade faz-se necessário organizar o Núcleo de Morbidade, como parte fundamental para a estruturação do Observatório da Violência. Este núcleo deverá organizar as informações dos eventos violentos que não levaram à morte. A oferta de informações devidamente sistematizadas permitirá a atuação mais eficaz do estado e da sociedade civil seja para respaldar as proposições de políticas públicas quanto no que se refere ao acompanhamento diário do problema e as subseqüentes tomadas de posições e adoção de procedimentos emergenciais. Desse modo, com um banco de dados rico em informações e estruturado a partir de padrões convencionados com o conjunto das agências que operam no controle e na prevenção da violência resultará em um serviço capaz de atuar a partir de prioridades definidas tendo em vista a quantidade e natureza das incidências.

A estruturação e funcionamento do Observatório pressupõem a constante negociação e estabelecimento de acordos técnico-políticos em torno da produção, organização, compartilhamento, uso e difusão dos dados de produção cotidiana de serviços (e dos sistemas

⁸ Têm participado do desenvolvimento dessa linha o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, a Diretoria de Informações da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, o UNICEF e os projetos UNI-Bahia, Espaço, Paz e Ação e o Ampliando o Espaço de Ação para a Paz, financiados pela Fundação Kellogg.

⁹ www.fccv.ufba.br

de informação) das polícias (civil, militar e técnica), da justiça, da saúde, da assistência social e de outros setores envolvidos com a proteção e promoção de direitos na sociedade. Implica na articulação de entidades governamentais das três esferas de governo (municipal, estadual e federal) e não governamentais em cada unidade espacial ou grupo populacional ou expressão da violência que se considere.

Por fim, é parte do trabalho do Observatório, expor e difundir o mais amplamente possível as informações sobre a situação da violência, de modo a mobilizar mais pessoas e órgãos, públicos e privados, para o enfrentamento articulado do problema nas suas diversas manifestações. A difusão sistemática da informação sobre um fenômeno social complexo, que passou a ser a primeira preocupação dos brasileiros e constitui problema prioritário de saúde, deve ser parte integrante da política de enfrentamento desse problema, quando se entende que este enfrentamento demanda participação de todos, em todos os planos de organização da Sociedade e do Estado.

4.2 Formação dos Jovens

Os jovens aparecem como vítimas preferenciais e como autores de violência em muitas das expressões do fenômeno, em especial naquelas manifestações que têm sido definidas como violência urbana e que têm estado crescentemente associadas ao tráfico de drogas e ao crime organizado.

Por esta razão, além da responsabilidade e preocupação social com o desenvolvimento das novas gerações, os jovens têm sido o público privilegiado de várias iniciativas e intervenções, em especial de organizações não governamentais¹⁰.

O Fórum, através dos seus projetos de apoio, que contava com a atuação dos parceiros, mais especificamente as comunidades, o Liceu de Artes e Ofício e a Escola de Dança da Ufba, desenvolveu experimentos específicos com jovens, visando produzir indicativos para a implantação de políticas públicas que permitissem que a intervenção junto a crianças, adolescentes e jovens fosse mais consistente, constante e eficaz, no sentido de diminuir o risco de que venham a encontrar-se em situação de violência, seja do lado da vítima, seja do lado do agressor.

Alguns indicativos para a elaboração e desenvolvimento de políticas públicas foram extraídos não só da experiência articulada pelos projetos do Fórum, mas também da reflexão sobre as diversas iniciativas de trabalho com crianças, adolescentes e jovens na Cidade do Salvador. Estes indicativos se expressam, por exemplo, na experiência que vem sendo desenvolvida pela Escola de Dança da UFBA.

Desde o final da década de 90, a Escola de Dança da UFBA vem integrando o Fórum Comunitário de Combate à Violência, desenvolvendo projetos e ações na linha da educação, da cultura e da cidadania. A experiência acumulada nestes dez anos ofereceu sinalizações claras sobre a importância do trabalho junto à juventude na perspectiva de constituição de sujeitos com potencial de inserção social e de mobilização de outros jovens para atuarem na prevenção da violência e na construção de uma cultura solidária e inclusiva. Isto significa concentrar esforços na formação complementar dos jovens e no apoio às suas iniciativas em comunidades.

¹⁰ Em Salvador, várias organizações se têm ocupado de jovens, usando diversos enfoques e metodologias. Algumas há mais de 100 anos, como é o caso do Liceu de Artes e Ofícios, e outras bem mais recentemente, como a Organização do Auxílio Fraternal - OAF, ou o Centro de Referência Integral para Adolescentes - CRIA, ou a CIPÔ Comunicação interativa, ou o Projeto AXÊ, ou o Cidade Mãe ou o Centro de Defesa da Criança e do adolescente Yves Roussan (CEDECA) para citar apenas algumas que fazem parte do Fórum Comunitário de Combate à Violência.

O grande desafio é o de potencializar os recursos humanos e materiais existentes, através de uma intervenção, e de uma proposição de ações compartilhadas que favoreçam o surgimento de novas formas de participação, no sistema e nos processos educacionais, possibilitando o desenvolvimento de práticas sócio-educativas articuladas e comprometidas. Práticas que apontem para novas formas de relação e de organização, que possibilitem a inclusão de um grande contingente da população brasileira, titular das garantias fundamentais estabelecidas pela ordem constitucional, como reais “sujeitos de direitos”

O desenvolvimento de novas e interativas competências surge como forma de capacitação instrumental na educação, tendo em vista as determinações da contemporaneidade. Tais competências visam auxiliarem jovens a compreenderem, agirem e interagirem o/ em/ com, respectivamente, seu contexto como indivíduos (únicos e singulares), cidadãos (seres coletivos) e humanos (em sua evolução - ao contribuir para o conhecimento humano).

A educação em arte descortina perspectivas diferenciadas para compreensão do mundo, para o exercício crítico de apreciação de cada cultura revelada, de valores éticos que presidem as relações entre os homens numa sociedade. Mais especificamente, os processos de ensino da arte desenvolvem o pensamento artístico e a percepção estética e se caracterizam por estabelecer parâmetros complexos e distintos de ordenamento para atribuir sentido à experiência humana. O ensino da arte, ao mobilizar a sensibilidade e a percepção dos indivíduos, reiterando a cada momento que é imprescindível transformar, que é necessário mudar e atualizar referências, exercita a flexibilidade, dentre outros valores, como condição essencial para a aprendizagem.

Outrossim, indicadores externos reforçam este movimento de mudança. O Relatório da UNESCO (1999), elaborado pela “Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI”, apresentou um desafio para a Educação a partir do momento em que propõe e amplia suas responsabilidades rumo à uma educação que, de forma flexível, atenda necessidades diversificadas e ao mesmo tempo específicas, visando uma formação mais integral e unificada do ser humano. Como forma de orientar esses novos passos, a Comissão da UNESCO, considerando a prioridade de metas, identificou quatro pilares do conhecimento, que no futuro deverão servir como bases informativas e norteadoras das competências. São eles: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Reafirmando as intenções do Fórum, as propostas sócio-educativas apresentadas definem-se com base em pressupostos artísticos que alicerçam a afirmação da capacidade da arte, como tecnologia educacional capaz de agir nas dimensões do sentir, pensar e agir, que contribuem em processos de desenvolvimento humano, com possibilidades de uma re-significação da sua função. Além disso, redefine a sua relação com a educação, ao oferecer capacidades de potencializar seus resultados, participando de forma dialógica nas suas conquistas e nos seus desafios, com possibilidades de grandes resultados pedagógicos, com impactos repercutidos nos campos educacional, cultural e social.

4.3 Rede de Atenção a Pessoas em Situação de Violência

O estímulo à articulação, em rede, dos serviços que prestam atenção policial, jurídica, social e de saúde a pessoas em situação de violência tem se constituído em uma das principais linhas de trabalho do Fórum..

A proposta para articulação em rede dos serviços de atenção a pessoas em situação de violência é conseqüente à compreensão de que para que as pessoas possam enfrentar as situações de violência em que se encontram, elas precisam de apoio e serviços de diversas ordens e naturezas. Estes serviços, dada a forma de organização do Estado, estão dispersos em

vários setores, o que requer um esforço de articulação para que os diversos, dispersos e diferentes serviços entrem na composição de uma resposta/uma saída para as pessoas que se encontram em situação de violência. Por isso, essa resposta deve ser construída de forma articulada e integrada entre os diversos organismos responsáveis por cada uma das partes necessárias para produzi-la.

Assim, a proposta de organização em rede desses serviços visa a melhoria da atenção prestada em cada área e sua articulação de forma a ampliar o acesso e garantir resposta às necessidades de serviço das pessoas em situação de violência.

O esforço para articulação em rede tem se traduzido na tentativa de explicitação e definição do objeto mesmo das intervenções de cada um dos serviços e na construção de formas de relação e comunicação, com o objetivo de estabelecer relações horizontais e articuladas de funcionamento entre estruturas de diferentes naturezas

Nesta direção, uma das primeiras realizações do Fórum foi a elaboração do Guia de Serviços, pensado como um instrumento de trabalho no sentido de facilitar o conhecimento da existência de outros envolvidos nos processos de atenção. Outra estratégia para articulação dos serviços em rede tem sido a promoção de encontros para discutir a atenção a determinadas situações / expressões de violência e/ou a determinados grupos em risco, buscando explicitar os tipos de cuidado e atenção demandados por cada situação e as seqüências desejáveis ou possíveis para a dispensação desses cuidados e dessa atenção de modo a minimizar os problemas decorrentes da situação de violência em questão.

Em Salvador, algumas partes do conjunto de serviços têm tido maior pressão de demanda e estímulo para a articulação em rede e têm respondido mais ativa e prontamente a esse estímulo do que outros. É o caso, por exemplo: da atenção a mulheres em situação de violência, com a pressão do movimento de mulheres; das ações de prevenção e combate ao trabalho infantil e a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, decorrentes do esforço social para implantação plena do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que busca a efetivação das crianças e adolescentes como sujeitos de direito.

Contudo, o processo de articulação dos serviços em rede não é espontâneo e demanda tempo, negociação, revisão de procedimentos, capacitação permanente dos operadores em todos os setores, seja nos organismos governamentais, seja naqueles não governamentais. Exigem-se desenvolvimento de tecnologia de comunicação e o estabelecimento de processos de trabalho interinstitucionais, que só poderão ser sustentados se forem assumidos como parte da política pública para enfrentamento da violência.

Esta rede de articulação inclui, também, o grupo de serviços relacionados ao Sistema de Justiça Criminal. Este esforço nasceu da necessidade de romper o ciclo de perpetuação da violência ocasionado pela dificuldade de acesso dos familiares das vítimas ao direito à justiça. No entanto, dada às suas particularidades e complexidade, será tratado como um item específico, colocado a seguir.

4.4 Acesso ao Sistema de Justiça Criminal

Como já foi observado, em Salvador, a violência é responsável por cinco mortes diárias. As vítimas preferenciais são jovens, do sexo masculino, negros, pobres, moradores de bairros populares. Uma das implicações imediatas geradas por essas mortes é o “lugar” para onde devem convergir os esforços no sentido de se fazer a justiça e este “lugar” é o sistema de justiça criminal. Entretanto, o acesso a esse sistema não se dá de modo simples e automático, ao contrário, exige-se um esforço e um conjunto de competências e poderes que, por sua vez, não estão distribuídos equitativamente pela população. Izumino (2004, p.27) se refere ao “acesso

desigual à justiça e à produção das desigualdades sociais nas práticas judiciárias”, recordando que também a justiça tem o seu funcionamento vinculado a “interesses e necessidades de certos grupos sociais”.

As vítimas habituais de mortes violentas e suas famílias não estão entre aqueles sujeitos mais favorecidos pela estrutura jurídica do estado. A começar pela falta total de domínio da linguagem praticada nessas instâncias que se constitui em barreira de difícil transposição e a própria falta de conhecimento dos próprios direitos, freqüente nessa parcela da população mais afetada pelo problema.

Os familiares, a partir do óbito de um de seus membros, iniciam a sua trajetória, começando pela ida à delegacia de polícia, primeiro ponto de acesso ao sistema de justiça criminal. Em lugar de advogados, contam com vizinhos, com outros membros da família e com amigos que funcionam no momento como uma pequena rede de solidariedade que se expressa pela disponibilidade em relação a uma gama de afazeres sobre os quais não se tem qualquer familiaridade. Ali os enfrentam um tipo de insegurança derivada do não conhecimento em relação ao que deve ser objeto de atenção naquele espaço: que elementos são os mais adequados para a apuração mais rigorosa dos fatos? Como contribuir para se chegar à produção de um inquérito policial o mais completo possível? Que informações são adequadas para a elucidação de um crime, do ponto de vista da instituição policial?

Saindo do primeiro cenário, os familiares não sabem o que representa o trabalho da delegacia de polícia civil e descobrem que o próximo passo é a chegada do inquérito no Ministério Público, porém desconhecem o sentido dessa trajetória. Começam a ter a experiência no que se refere à natureza do tempo no sistema de justiça criminal, contrastada com a angústia que caracteriza seus ânimos. Entra em cena a intensificação das síndromes nervosas, ao tempo em que vão se escasseando os recursos das redes de solidariedade e mesmo os próprios recursos financeiros, sempre exíguos. A busca por informações vai se tornando inútil a medida em que as respostas passam a ser as mesmas e sempre no sentido de indefinição dos prazos. A pergunta que se faz é: quando é que o processo vai chegar às mãos do juiz?

A chegada à justiça, etapa final do trajeto, gera um ânimo que vai se desfazendo à medida que passam os dias, os meses acompanhados de silêncio. É mais um tempo em que os familiares se sentem inúteis e se põem a imaginar: por onde andarás aquele processo? Por que a justiça demora tanto?

A primeira audiência, quando os acusados são ouvidos, acende, mais uma vez, o ânimo dos familiares. Mas o que significa aquele passo? Quantos outros passos semelhantes existirão até que saia um pronunciamento final? Também isto não é um assunto conhecido dos interessados, muito menos a estrutura do ritual: por que os acusados têm advogado? Por que não se vai diretamente ao tribunal?

Ao se acompanhar os familiares das vítimas é fácil perceber o quanto estão vulneráveis ao longo do percurso. Ao mesmo tempo, descobre-se que é absolutamente necessário que estes indivíduos estejam atentos durante toda a trajetória e devem procurar saber sobre as próximas audiências, estarem presentes em todos esses atos a demonstrar a importância daquele que foi assassinado, através de mecanismos simbólicos como uso de faixas, porte de camisas alusivas àquela morte e outros adereços. Em outras palavras, os atos devem ser tomados como cenários para a manifestação de desagravo por aquela morte e isto significa a mobilização de pessoas e recursos o que implica numa operação complexa diante da fragilidade das famílias.

O Fórum identifica a necessidade de se criar um serviço de atendimento às famílias dos mortos por violência de modo a viabilizar a própria luta por elas empunhada, considerando-se que a determinação desses grupos parentais gera um benefício para a sociedade no que se refere à promoção da justiça, ou seja, esta luta não pode ser vista como de caráter pessoal e sim uma

ação que beneficia a todos. Desse modo, o estado, nas suas mais diversas instâncias deve promover um conjunto de serviços nas áreas de atendimento social e psicológico; de assessoria jurídica e de custeio do transporte para os deslocamentos aos diversos percursos necessários para o acompanhamento dos casos, para o pagamento de documentos e cópias necessárias, bem como a disponibilização de remédios e outros tratamentos provenientes dos traumas gerados pela ocorrência violenta.

5. Considerações Finais

Ao longo dos nossos dez anos de atividade pudemos observar que o crescimento da violência não vem acompanhado de uma igual complexidade no que se refere às tentativas de combate pelo estado. Enquanto se verifica uma contaminação de todos os espaços que são nitidamente, tomados pelo medo não constatamos ações públicas articuladas, capazes de fazer frente aos desafios que a violência nos impõe.

Percebemos que o combate à violência tem sido definido a cada caso gerador de impacto junto à opinião pública. Trata-se de atuações que mais respondem a uma onda momentânea de reivindicação coletiva do que uma ação política geradora de impactos duradouros visando minimizar o problema. Com este modelo de atuação passamos a uma constatação perversa: passamos a necessitar de seqüestrador de um ônibus parado em pleno Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, de alguns ônibus incendiados com vítimas tanto no Rio quanto em São Paulo, precisamos de motins no interior de nossas penitenciárias e de vítimas bem situadas economicamente para que o estado seja chamado em causa e reconheça a necessidade de tomadas de posição mais complexa.

Em lugar de tomada de posição definida pelas ocorrências socialmente mais projetadas, necessitamos da adoção de ações diárias, através de políticas públicas que ataquem as causas determinantes da violência. Gostaríamos que esta posição, que já adquiriu uma fachada de lugar comum, ultrapassasse o nível do discurso e virasse novidade em práticas políticas concretas.

Referências

AGUDELO, S.F. La violencia: un problema de salud pública que se agrava en la región. **Boletim Epidemiológico**, v.11, n.2, p 1-7, 1990.

BAHIA. Secretaria da Saúde. **Plano de ação para a redução da morbimortalidade por causas externas na Bahia**. Salvador: SESAB, 1998

BRASIL. Governo Federal. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Brasília: Presidência da Republica, 2000. 35 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências. **Portaria GM n. 737, de 16.05.01**. Diário Oficial da União, Brasília, p.3-8, maio 2001.

CENTRO BRASILEIRO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - CBIA. **Bahia: suas crianças e adolescentes: o que está acontecendo?** Salvador: UNICEF, 1991. p.99-121.

COSTA, H. O. G. *Incentivos e constrangimentos à cooperação em arranjos organizacionais de combate à violência em Salvador*. Salvador, 2005. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e violência contra a mulher**: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo:Annablume, 2004

LAURENTI, R. et al. Alguns aspectos epidemiológicos da mortalidade por acidentes de trânsito de veículo a motor na Cidade de São Paulo, Brasil. **Revista Saúde Pública**, v.6, p.329-41, 1972.

MACEDO, A.C. e outros. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. **Revista Saúde Pública**, v.35, n.6, p.515-22, 2001.

MELLO JORGE, M. H. P. **Mortalidade por causas violentas no município de São Paulo**. São Paulo, 1979. Tese [Doutorado] - Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

_____. Mortalidade por causas violentas no município de São Paulo, Brasil III: mortes intencionais. **Revista Saúde Pública**, v.15, p.16-93, 1981.

_____. Mortalidade por causas violentas no município de São Paulo, Brasil IV: a situação em 1980. **Revista Saúde Pública**, v.16, p.19- 41, 1982.

MINAYO, M.C. S. A violência dramatiza causas. In: MINAYO, M. C.; SOUZA, E. R. (Org.). **Violência sob o olhar da saúde**: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p.23-47.

NORONHA, C. V. e outros. **Plano intersectorial modular de ação para a promoção da paz e da qualidade de vida na cidade do Salvador**. Salvador: ISC/UFBA, 2000. 53p.

NUNES, E.D., É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. Réplica em Debate. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, n.1, 1999. Rio de Janeiro, ABRASCO Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva / Fundação Oswaldo Cruz. p.24 e 25.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 10**. São Paulo: EDUSP, 1994

SANTANA, F.S.; KALIL, M.E.X.; OLIVEIRA, Z.C. **O Rastro da violência em Salvador II**: mortes de residentes em Salvador, 1998 a 2001. Salvador: FCCV/DICS-SESAB/UNICEF/IMLNR/UFBA, 2002. 80 p.

SOARES, L. E. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In: PEREIRA, C.A.M. et al. (Org.). **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro. Rocco, 2000. p.23-46.

SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S. O impacto da violência social na saúde pública do Brasil: década de 80. In: MINAYO, M.C.S. (Org.). **Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1995. p.87-116.

SOUZA, E.R e outros. Avanços do conhecimento sobre causas externas no Brasil e no mundo: enfoque quanti e qualitativo. In: MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R. (Org.) **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p.131-160.

SOUZA, C. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, n.39, p.11-24, jul/dez, 2003.

SOUZA, M. L. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Projeto UNI**. Termo de Referência para constituição do Fórum Comunitário de Combate, a Violência no Distrito Sanitário Barra Rio Vermelho. Salvador, 1996. 11p.

UNESCO, MEC. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

WORLD BANK - Population and Human Resources Division Brazil Country Department Health Policy. In: **Brazil: adjusting to new challenges**. Washington DC. Deptº of May 15, 1989 (Chapter III-2; III-3; III-4).

ZALUAR, A. Violência: questão social ou institucional?. In: OLIVEIRA, N.V. (Org.). **Insegurança pública: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. p.75-85.

_____. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 440p.

Resumo

O artigo traz a discussão sobre a exacerbação da violência no Brasil, nas duas últimas décadas. Revela a trajetória da violência como principal problema de saúde em Salvador, constituindo-se na primeira causa de morte entre os jovens e na segunda causa de morte da população em geral. Demonstra a distribuição desigual deste dano, nos espaços urbanos e populacionais, ao apontar que a violência atinge, principalmente, os jovens, negros, de pouca escolaridade e pobres. Com isso traz à tona fatores que estão na gênese das violências. O artigo apresenta, também, as formas de enfrentamento da violência de expressiva dimensão, no município de Salvador, materializadas no Fórum Comunitário de Combate à Violência, iniciativa da sociedade e o desenho de uma política da Prefeitura Municipal de Salvador, expressa no Plano Intersetorial Modular de Ação para a Promoção da Paz e da Qualidade de Vida na Cidade do Salvador (Pima). Conclui o artigo ressaltando os pontos críticos para o enfrentamento de um problema complexo como o da violência e enfatiza a necessidade urgente de adoção de políticas públicas efetivas para combater a gênese da violência nas suas diversas formas de expressão.

Palavras-chave: Violência; Combate à violência; Salvador

Abstract

The present text discusses violence exacerbation in Brasil in the last two decades, assuming it as the most important health problem in Salvador, Bahia, where it is youth's first death cause and second death cause of the entire population. It shows the unequal distribution of violent death, pointing out its preponderant victims as poor young black men, what brings up elements of the genesis of violence. The article also presents two expressive forms of violence confrontation in Salvador: the Forum Comunitário de Combate à Violência (FCCV), a society initiative, and a public policy of the town government, known as Plano Intersetorial Modular de Ação para a Promoção da Paz e da Qualidade de Vida na Cidade do Salvador (Pima). The conclusion points out critical aspects of the attempts to face complex problems such as violence and emphasises the urgency for effective public policies to face violence genesis in its several and varied expression forms.

Keywords: Violence; Violence combat; Salvador.